

MASCULINIDADES, PSICOTERAPIA E CONSTRUCIONISMO SOCIAL

MASCULINITIES, PSYCHOTHERAPY AND SOCIAL CONSTRUCTIONISM

MASCULINIDADES, PSICOTERAPIA Y CONSTRUCCIONISMO SOCIAL

DAVID TIAGO
CARDOSO¹

ADRIANO BEIRAS²

¹ Universidade do Vale
do Itajaí - UNIVALI

² Universidade Federal de
Santa Catarina – UFSC

RESUMO: O objetivo deste artigo é apresentar o Construcionismo Social como uma abordagem psicoterapêutica potente para o atendimento aos homens (cis) e a suas masculinidades. Para tanto, apresentamos as epistemologias construcionistas sociais relacionais e duas dimensões que contribuem com as mudanças buscadas pelos homens. Destacamos no texto como reconhecemos os homens e suas masculinidades por meio das epistemologias construcionistas e seus diálogos com os Estudos Feministas de Gênero. É por meio deste investimento epistemológico que a prática terapêutica se constrói como um possibilidade pós-moderna que acolhe as múltiplas narrativas do *Self* dos homens e suas expressões de masculinidades. Para dar conta de nossa narrativa, apresentamos o caso de Rafael e como seu processo terapêutico caminhou em direção ao devir das mudanças relacionais.

Palavras-chave: construcionismo social; psicoterapia; homens; masculinidades.

ABSTRACT: The aim of this article is to present Social Constructionism as a powerful psychotherapeutic approach for the care of (cis) men and their masculinities. To do this, we present relational social constructionist epistemologies and two dimensions that contribute to the changes sought by men. We highlight in the text how we recognize men and their masculinities through constructionist epistemologies and their dialogues with Feminist Gender Studies. It is through this epistemological inversion that therapeutic practice is constructed as a postmodern possibility that embraces the multiple narratives of the Self of men and their expressions of masculinity. To account for our narrative, we present the case of Rafael and how his therapeutic process led to the development of relational changes..

Keywords: social constructionism; psychotherapy; men; masculinities.

RESUMEN: El propósito de este artículo es presentar el Construcionismo Social como un poderoso enfoque psicoterapêutico para el cuidado de los hombres (cis) y sus masculinidades. Para ello, presentamos epistemologías construcionistas sociales relacionales y dos dimensiones que contribuyen a los cambios buscados por los hombres. Destacamos en el texto cómo reconocemos a los hombres y sus masculinidades a través de epistemologías construcionistas y sus diálogos con los Estudios Feministas de Género. Es a través de esta inversión epistemológica que la práctica terapêutica se construye como una posibilidad posmoderna que acoge las múltiples narrativas del Yo de los hombres y sus expresiones de masculinidad. Para dar cuenta de nuestra narrativa, presentamos el caso de Rafael y cómo su proceso terapêutico caminó hacia el desarrollo de cambios relacionales.

Palabras clave: construcionismo social; psicoterapia; hombres; masculinidades.

Recebido em 04/05/2022
Aprovado em 25/11/2022



Começaremos por um lugar comum: menino não chora! Essa pequena frase, composta por três palavras, talvez seja aquela que todo homem ouviu em algum momento da sua constituição como sujeito. E, por ser assim, ainda que uma frase simples, apresenta dois processos que são complementares: 1) o modo como os homens (cis), ao terem a incorporado, tratam seus sentimentos; 2) revela o jogo de linguagem em que as masculinidades são produzidas e reiteradas ao longo de toda a socialização. Contudo, com a pós-modernidade e os descentramentos das identidades (Hall, 2006), os homens (cis) têm buscado novas formas de reconhecimento, surgindo como uma das possibilidades à psicoterapia.

Nosso objetivo é, portanto, convidar à reflexão sobre como a psicoterapia construcionista social pode ser uma das ferramentas de transformação da vida dos homens (cis) em direção às mudanças sociais que necessitam acontecer em nossa sociedade. Para tanto, apresentaremos uma narrativa acadêmica que dialoga com a experiência profissional, tratando primeiramente da epistemologia e das ferramentas dialógicas, para, em seguida, apresentar um caso (ou um caso) de como tal perspectiva foi colocada na prática psicoterapêutica.

Contudo, antes é necessário fazer um pequeno resgate histórico de como a psicoterapia aparece no Ocidente como prática de cuidado no desenvolvimento de saúde emocional e se torna uma prática da Psicologia, ciência que emerge no final do século XIX em um laboratório experimental na Universidade de Leipzig, na Alemanha (Schultz & Schultz, 2000) e se torna uma das ciências que melhor se conectou às demandas do século XX, fazendo parte da construção de uma sociedade de controle e, portanto, inseriu-se na linguagem cotidiana dos sujeitos ocidentais (Rose, 2011).

Em paralelo à Psicologia Experimental, realizada nos laboratórios, uma outra prática estava em andamento na Europa, também de cunho científico, mas buscando a produção de conhecimento por meio de outros métodos. O mais famoso destes cientistas é Sigmund Freud e o seu tratamento de mulheres histéricas. Não que a psicoterapia tenha se iniciado com o Dr. Freud, mas foi ele quem deu corpo a um conjunto sistemático de categorias de análise a quem desejava dar uma explicação aos fenômenos corporais que não tinham relação direta com a fisiologia (Schultz & Schultz, 2000). Para a nossa narrativa, o aspecto mais importante dessa história vai além da inovação acadêmica, ao ir de encontro a quem a Psicanálise freudiana reconhecia como os primeiros pacientes, sendo na verdade “as pacientes”.

Este aspecto do trabalho de Freud e da sua psicanálise é usado na reiteração de que resta às mulheres ocuparem espaços privados e aos homens a ocupação de lugares públicos (Lima *et al.*, 2008). Que espaços são esses? Para as mulheres, o âmbito doméstico e da externalização daquilo que é da intimidade, os afetos; para os homens, o trabalho empresarial e da externalização daquilo que pode ser publicizado, a racionalidade. Por isso, o menino não chora. Ou não deve chorar em público, mesmo que o seu público seja a sua família. Outro aspecto importante é que ao mesmo tempo que se buscava um método de reversão dos sintomas da paciente, Freud também produzia conhecimento a partir da prática clínica.

De certo modo, pode-se afirmar que a Psicanálise deu o tom ao que viriam a ser as outras forças da psicoterapia: a de base comportamental e as de fundamentos existenciais-fenomenológicos (Vasco, 1996). Moreira *et al.* (2005) chamaram esse momento histórico de primeira fase da investigação em psicoterapia, que durou até o ano de 1954, e buscava responder se a psicoterapia era uma atividade científica, pois o contexto da época reivindicava por resultados as demandas de saúde mental durante a Segunda Guerra Mundial e no período pós-guerra. Constituído-se como

científica, a segunda fase buscava compreender se esta prática funcionava (período entre 1959 e 1969) e em seguida, na terceira fase, que dura até os dias atuais, o que se pretende é definir qual a melhor abordagem e como ela produz resultados mais assertivos frente às demandas que chegam, definindo também os melhores processos.

Em um primeiro momento, nosso objetivo poderia defender que a psicoterapia com fundamentos no Construcionismo Social é aquela que apresenta os melhores resultados frente aos processos mais ajustados às demandas da sociedade ocidental. Contudo, não pretendemos cair nesta armadilha da Ciência moderna, de definir *a Verdade* sobre a psicoterapia. Nossa proposta é, antes, apresentar uma versão pós-moderna da prática psicológica, deslocando nosso foco das mulheres, que são as sujeitas que mais procuram a psicoterapia, e lançando luz sobre os sujeitos que geralmente aparecem como neutros das discussões, os homens (cis).

Como caminho narrativo, iremos explorar o Construcionismo Social como movimento epistemológico e suas inovações no campo da construção de conhecimentos. Neste mesmo lugar, discorreremos sobre a categoria Homem, não mais como sujeito universal, mas agora como generificado e suas várias expressões possíveis de masculinidades. Tal fundamentação é importante para descortinar uma nova possibilidade de se fazer psicoterapia, apresentando pistas e ferramentas dialógicas, ou como gostamos de tratar, *disparadores de diálogos*. É por meio destes disparadores que o caso será narrado.

CONSTRUCIONISMO SOCIAL

A ciência hegemônica, aquela que a modernidade elegeu como única, estabeleceu como sua tarefa pétrea a produção de um retrato real do mundo, pressupondo que esse tem como seus principais atributos: a) exterioridade; b) independência do observador; c) características estáveis. Estas três dimensões promovem a compreensão de que os objetos são singulares e estáticos, se apresentando da mesma forma a todos que os observam (Moscheta, 2014). Neste projeto, a *Verdade* passa a ser universalizada e essencializada, promovendo um modo de criar explicações acerca de seu objeto, no caso da Psicologia, o comportamento humano.

Tal projeto começará a ser questionado pelas ciências sociais nas décadas de 1960 e 1970, muito em decorrência dos movimentos sociais de mulheres e feministas, bem como dos movimentos da libertação gay, todos acontecendo principalmente nos Estados Unidos, mas também na Europa, alinhando-se aos movimentos na Europa, em especial na França, com as greves gerais e as ocupações estudantis (Connell, 2003). Nesta trama social, emerge, na Psicologia, o Construcionismo Social, como uma possibilidade viável àquelas pessoas descontentes com as verdades produzidas sobre si e sobre o meio social (Gergen & Gergen, 2010). Embora o movimento construcionista social se estabeleça posteriormente, na década de 1980, o artigo publicado por Gergen (1973) é considerado por alguns como um marco histórico no campo epistemológico (Burr, 1995).

Tal efervescência social coloca em crise o modelo paradigmático da modernidade. Das fissuras desta crise é que a pós-modernidade se torna um projeto viável, em outras palavras, a ciência moderna começa a ser questionada. Bruno Latour (1994) compreende que esse pós-modernismo é um sintoma da modernidade e não uma nova solução para ela, pois vive sob a constituição moderna, sem acreditar nas garantias que esta oferece. Na dita pós-modernidade coloca-se em suspeita o discurso científico moderno, de modo a questionar sua autoridade, antes concebida como *A Verdade*, única e intransponível.

Contudo, tanto Jean-François Lyotard (1996) quanto Judith Butler (1998) fazem eco a Latour ao alertarem que a pós-modernidade e o pós-moderno não significam exatamente “recente” ou “novo”, por se tratar de um sentido mais amplo do pensamento e da ação, situando-se como uma forma de “curar” os males da Modernidade, lançando dúvida sobre a possibilidade do novo que não está conectado ao “velho”. Segundo Lyotard (1988) o pós-moderno caracteriza-se, portanto, como a incredulidade frente às metanarrativas vistas como atemporais e universalizantes.

É escapando da modernidade, ao encontrar um campo fértil nesta pós-modernidade, como dito anteriormente, que o Construcionismo Social emerge como um discurso possível para a Psicologia, de modo lento, ao longo da chamada crise da Psicologia Social, representando uma alternativa viável (Ibáñez Gracia, 1990), ao criticar o fazer positivista e ser um projeto eclético, se estabelecendo como fonte de inspiração para muitas psicólogas e muitos psicólogos sociais que militam em diversas orientações e, ainda que parcialmente, podem se reconhecer como construcionistas.

Assim é publicado, em meados da década de 1980, o artigo *The Social Constructionist Movement in Modern Psychology*, de Kenneth Gergen (1985), no qual o autor, uma das principais vozes socioconstrucionistas, afirma que no Construcionismo Social a preocupação reside em construir explicações sobre processos em que as pessoas descrevem, explicam, ou, de alguma forma, dão conta do mundo em que vivem (Gergen, 1985). Gergen (1994) estabelece os principais fundamentos para o Construcionismo Social, sendo eles:

1. Posição crítica diante do conhecimento concebido como verdade: chamamos esta posição de Reflexividade, ou seja, a produção de análise crítica do próprio fazer científico, pois não há neutralidade e se não há, a prática está sempre em condição de problematização (Guillemin & Gillan, 2004);
2. Os termos e as formas pelas quais se consegue compreender o mundo e cada um individualmente são artefatos sociais, produtos de inter-relações pessoais, com especificidade histórica e cultural;
3. Determinada descrição do mundo ou do *Self* é sustentada ao longo do tempo, não por validade objetiva, mas devido às variabilidades do processo social. Em outras palavras, o modo como falamos da nossa realidade e de nós mesmos dependerá dos sentidos construídos nas inúmeras relações sociais que estabelecemos com os outros ao longo dos anos.
4. O significado da linguagem deriva do seu modo de funcionamento dentro dos padrões de relacionamento;
5. Avaliar as formas de discurso existentes é ao mesmo tempo avaliar padrões de vida cultural.

Tais fundamentos permitem afirmar que o Construcionismo Social se apresenta como um movimento que nega a existência de uma essência humana, pois cada sujeito constrói o mundo ao seu modo, e essa diferença encontra-se nas relações sociais que estabelecem, criando novos mundos (Gergen & Gergen, 2010). O psicólogo ou a psicóloga, com bases construcionistas, está interessado, portanto, em saber como as pessoas constroem os sentidos sobre os fenômenos e quais ações se tornam possíveis com esses sentidos construídos (Corradi-Webster, 2014), sendo esses sentidos construídos pela linguagem.

Partimos, na esteira das provocações construcionistas, de que, se a verdade não é única e está sempre em disputa, há dentro do próprio Construcionismo Social versões nas produções de conhecimento (Guanaes-Lorenzi, 2014). Para a nossa narrativa, optamos por trazer o Construcionismo Relacional proposto por Sheila McNamee e Dian Marie Hosking (2012), especialmente por ser uma escolha radical que marca os processos relacionais como a potência de criar (novos) espaços de construção de formas de vida e realidades, opondo-se à compreensão de que existem estruturas individuais e sociais *a priori* que influenciam a nossa construção do mundo.

Tal orientação apresenta três dimensões que podem traduzir a psicoterapia como sinônimo ou possibilidade de prática dialógica: a) as normas, valores e formas de fazer as práticas de investigação são construídas em relacionamentos, contextos de vida e diálogos conversacionais localizados na história e na cultura, justificando, assim, futuros modos de ser e atuar no cotidiano; b) é no fluxo das narrativas cotidianas que surgem as possibilidades de projetos das pessoas participantes; e, c) o objeto de uma investigação ou transformação pode ser qualquer prática relacional. Estamos compreendendo, portanto, a prática psicoterapêutica como um lócus de investigação e transformação, pois é no diálogo entre os participantes que a historicidade da vida é colocada em movimento.

Assim, compreendemos que é nas interações sociais cotidianas que os *Selfs* e suas múltiplas expressões se constroem. Em nossas provocações à reflexão, iremos definir a seguir as categorias homem e masculinidade como construções sociais e, portanto, múltiplas e plurais. Focaremos nestas categorias agora, aprofundando epistemologicamente nossa versão da *verdade* sobre elas.

HOMENS E MASCULINIDADES

Como dito acima, para compreender a categoria homem como generificada é necessário compreender que o que está em discussão é a produção do *Self*. Para o Construcionismo Social Relacional algumas características resumem essa construção. A primeira delas, trazida por Hosking (2005), aponta que os processos relacionais são tratados como interações baseadas em linguagem, ou, como diria Shotter (1993), por meio da ação conjunta. Nas palavras de Grandesso (2000, p. 88), trata-se de compreender que “toda ação humana está envolvida com os outros em um grupo social, sendo, portanto, dialógica e responsivamente ligada, de alguma maneira, tanto às ações já previamente executadas como próximas ações possíveis”.

No campo das masculinidades, compreende-se que tais relações acontecem por meio de uma pedagogia homosocial e simbolicamente sexista, em que os homens são construídos e que se naturalizam atributos considerados como propriedades masculinas, sustentadas em práticas materiais e simbolicamente violentas. Ao seguirmos tal compreensão, ficamos alinhados com os movimentos de mulheres, feministas e LGBTQIA+, em que tais práticas precisam ser problematizadas por meio da “política do privado, da intimidade na qual se instituem as mais perversas formas de regulação de modos de subjetivação masculina e feminina” (Medrado & Lyra, 2014, p. 73-74). Ou seja, é no cotidiano dos homens, no dia a dia relacional, que as masculinidades são produzidas.

Nesta direção, afirma Hosking (2008), tais processos relacionais constroem e reconstroem seguidamente o *Self* como ontologias locais, ou formas de vida, em que as relações “*Self-Outro*” se apresentam nos discursos e são “discursadas”. Assim, na concepção de Medrado e Lyra (2014, p. 73), “as tecnologias acionadas

para produção de regimes de verdade sobre o masculino operam a partir de diversos marcadores sociais da diferença, não apenas gênero”. É nesta concepção de *Self* que se pode afirmar que a Masculinidade Hegemônica, categoria criada por Connell (2003), é sustentada por outros *Selves* subalternizados. Que masculinidade é essa? Aquela que é corporificada em corpos brancos, cisheterossexuais, das elites sociais. E as subalternas? Todos os demais corpos não-brancos e genericadamente desobedientes às normas.

Contudo, para “superar leituras que situam os homens e o masculino como faces malditas das relações de gênero” (Medrado & Lyra, 2014, p. 73), duas características do *Self* proposto pelo Construcionismo Social Relacional merecem destaque. O primeiro é que o *Self* é dialógico e construído nas múltiplas relações com os Outros, não estando nem dentro, nem fora, mas inscrito no corpo. Em outras palavras, para trazer a segunda característica do *Self*, os processos relacionais estarão sempre localizados na cultura em determinado contexto histórico, em constante transformação, o que requer lembrar que durante muito tempo a verdade sobre os corpos era a existência de um único sexo, o masculino (Laqueur, 2001).

A particularidade das realidades relacionais é igualmente vista como construção, mas sem a obrigatoriedade de assim ser, ou seja, não há um determinismo atuando que reivindique que toda realidade é particular, de propriedade de alguém ou de um grupo de pessoas, justamente por estar sempre aberta e contingente. Pois, como articula Hosking (2005), o poder é (re)construído em processos relacionais, criando (ainda que precariamente) realidades locais e relações entre o *Self* e os Outros.

Nesse sentido, as masculinidades como construções relacionais dialogam com a proposta butleriana de reconhecimento, partindo da ideia de que, como corpos, os sujeitos sempre são algo mais do que o si-mesmo, são também os Outros (Butler, 2003). Para Vladimir Safatle (2017), as bases desta compreensão de Butler, residem nas possibilidades de construções intersubjetivas (ou interacionais), na desarticulação de uma identidade que tem como princípio as posses, sejam elas atributos, predicados, narrativas e objetos que produzem os corpos.

Por meio da leitura que faz de Levinas, Butler (2011) destaca que a sociedade nunca é construída por um único sujeito, mas nas inter-relações entre sujeitos. Mas quais sujeitos contam nesta interação? Butler (2011, p. 29) é assertiva ao afirmar que “a política — e o poder — funcionam em parte por meio da regulação daquilo que pode aparecer, daquilo que pode ser ouvido”, o que dialoga com a proposta de Foucault (2010, p. 26): “o indivíduo é um efeito do poder e é, ao mesmo tempo, na mesma medida em que é um efeito seu, seu intermediário: o poder transita pelo indivíduo que ele constitui”. O poder é discursivo e, portanto, não depende de uma vontade, de decisões e escolhas de um único sujeito em sua individualidade (Safatle, 2017).

Como dito anteriormente, são estes discursos que trazem consigo as violências, sendo a primeira delas a normativa. Assim, gênero e suas expressões não podem ser compreendidos como identidade estável, pois trata-se de um processo que deve acontecer continuamente de modo reiterado, no fluxo contraditório, em que ao mesmo tempo que anula a si mesmo, aprofunda suas regras.

Uma vez genericado, os corpos não expressam “seu” gênero pela estabilidade. Nas palavras de Butler (2015, p. 29), “isso representa a possibilidade de colapso da norma; em outras palavras, é um sintoma de que a norma funciona precisamente por meio da gestão da perspectiva de sua destruição, uma destruição inerente às suas construções”. Assim, quando o enquadramento se rompe, aquela realidade aceita sem discussão entra em colapso, expondo aquilo que procurava controlar com este enquadramento.

Essa necessidade de se repetir, ao anular-se e aprofundar suas normas, irá produzir as múltiplas expressões de gênero, “de uma imensa multitude de corpos e de subjectividades que não se deixam fixar por identidades politicamente reguladas” (Oliveira *et al.*, 2009, p. 23). Não seria diferente com as masculinidades, e, como exemplo, podemos citar o trabalho desenvolvido com grupos de homens autores de violência contra mulher (Beiras & Cantera, 2014), no qual, ao possibilitar que esses homens entrem em contato com outros sujeitos — mulheres, outros homens, e portanto, com feminilidades, outras expressões de gênero e outras masculinidades, em contato com narrativas diversas —, eles possam refletir sobre as suas vidas e sobre o modo como se relacionam com o mundo cotidiano, possibilitando, como afirma Butler (2003), a esses enquadramentos normativos a possibilidade de romperem consigo mesmos.

PSICOTERAPIA CONSTRUCIONISTA SOCIAL

Defendemos aqui que uma das possibilidades de novas sociabilidades, ou jogos de linguagem (Shotter, 2013), para que os homens possam romper com as normas que os produzem é a prática psicoterapêutica. Como dito anteriormente, não é nossa proposta a defesa de que a psicoterapia construcionista social seja colocada como hegemônica frente às demais abordagens clínicas, mas afirmar que ela é potente em ser uma prática viável às e aos profissionais que desejam articular as problematizações sociais com fundamentos epistemológicos críticos.

No panorama apresentado por Grandesso (2001), o Construcionismo Social aparece como uma terapia pós-moderna, igualmente como se apresenta na Psicologia Social. Dentro das grandes abordagens psicoterapêuticas, podemos localizá-lo alinhado à Abordagem Sistêmica, na Cibernética de Segunda Ordem (Grandesso, 2000), apresentando revisões em conceitos e métodos (Fruggeri, 1998). Fruggeri (1998) discorre sobre o processo terapêutico como a possibilidade de construção social da mudança por meio da centralidade em dilemas como o questionamento ou o abandono do modelo biomédico, no qual a psicoterapia foi desenvolvida, a desmistificação do terapeuta como entidade de capacidade transformadora e a confusão que se instala nesse novo projeto entre responsabilidades éticas e profissionais das/os terapeutas.

Como já falamos sobre a ciência moderna e o modo como produz verdades universais, não nos debruçamos aqui sobre o modelo biomédico, por ele ser a tradução em termos psicoterapêuticos deste modo de produzir conhecimento. O importante aqui é destacar que a/o psicoterapeuta é deslocado do seu lugar de suposto saber, de especialista do processo, e convidado a ocupar agora uma postura de não-saber, tendo o cliente como especialista, não sobre a teoria, mas sobre a sua própria vida (Anderson & Goolishian, 1998).

Anderson (2017) propõe que, para além de uma postura profissional, trata-se de uma postura filosófica, em que a prática clínica se torna colaborativa, um projeto conjunto de dois sujeitos, um deles, o indivíduo (ou um casal ou uma família) e outro, a/o psicoterapeuta. Alguns pressupostos vão orientar esta prática: 1) ceticismo: manter uma atitude questionadora frente a todo e qualquer conhecimento que apareça como algo definitivo, isso requer a defesa de que todo e qualquer conhecimento pode ser útil; 2) evitar generalizações: se todo conhecimento pode ser útil é necessário escapar ao fetiche moderno de produzir explicações que servem para qualquer sujeito ou contexto, ainda que os sujeitos sejam produzidos cultural e historicamente em uma mesma sociedade — como lembra Anderson (2017, p. 23)

“a familiaridade pode nos tentar a preencher os espaços em branco e assim procedermos baseados em nossas suposições, ao invés de aprender com as pessoas com quem estamos conversando” —; 3) privilegiar o conhecimento local: tal como havia tratado Haraway (1995) em seu texto sobre os saberes localizados, para além das experiências individuais, é preciso olhar as relações comunitárias e suas produções que já estejam promovendo ações e soluções.

Essa postura irá permitir a produção de sete características que, interconectadas, transformam as ações terapêuticas centradas no sofrimento, em ações terapêuticas orientadas às relações. A primeira delas, proposta por Anderson (2017) é a *investigação mútua*, em que profissional e cliente formam uma aliança conversacional, onde o “estar-lá-juntos” e o “fazer-com” convidam a ambos a uma pesquisa curiosa sobre os aspectos da vida cotidiana. Não será, portanto, o método que irá determinar a conversa, mas o contrário. Isso se deve ao fato de que a *expertise relacional* se encontra no cliente, como dito anteriormente, ele é o especialista em sua vida, o que não significa rebaixar a/o profissional à observação, pois ele segue tendo o conhecimento teórico-epistemológico que irá colaborar com o caminho seguido.

Anderson (2017) apresenta ainda um conceito que chama de provocativo, por não ser uma técnica: o *não-saber*. Tal conceito refere-se, primeiro, ao modo como um determinado profissional pensa sobre o conhecimento construído e, segundo, o formato em que apresenta tal conhecimento ao longo das consultas. Se a expertise relacional se encontra no cliente, é ele quem sabe sobre suas demandas. Cabe ao profissional o “conhecer com” por meio do processo dialógico. Para que os diálogos sejam eticamente relacionais (Gergen, 2016), é necessário que os pensamentos do terapeuta sejam *públicos*, pois eles só acontecem na interação ou por conta dela, tornando-se parte do processo. Isso requer que o terapeuta *seja espontâneo e viva com a incerteza*, ou seja, seja responsivo (Shotter, 1993), sem criar um roteiro de perguntas pré-estruturadas, promovendo, assim, caminhos desconhecidos.

Outras duas características entram em cena nesta postura. A possibilidade de *transformação mútua*, para além do ditado de que “é ensinando que se aprende”, compreendendo, portanto, que como parceiros conversacionais, somos transformados pela ação conjunta dessa nova relação e das interações que nela ocorrem. Para tanto, a mudança social que a psicoterapia construcionista social busca promover, nas palavras de Anderson (2017), deve estar *orientada para a vida cotidiana*, buscando descobrir e inventar novas formas de ir e prosseguir, pois, seguindo Shotter (2017), precisamos levar em conta que somos seres vivos que vivem integrados com um ambiente, ainda que social.

Como ressaltado até aqui, tal postura permite que sejamos na terapia, tal como na vida cotidiana, sujeitos dialógicos. Esta condição ontológica permite que, no processo psicoterapêutico, possamos usar recursos dialógicos, ou disparadores de diálogo. Tomm (1988) apresenta possibilidades de realizar perguntas como um modo de convite ao diálogo, sendo a principal delas as *perguntas reflexivas*. Tais perguntas convidam as pessoas, como o próprio nome sugere, a refletir sobre aspectos de suas vidas que até então estavam no campo do imutável, geralmente descentra os sujeitos da narrativa hegemônica que mantém as demandas de sofrimento atuando, permitindo que as histórias subalternas apareçam como potencialidade de novos desdobramentos. Essas perguntas buscam o desenvolvimento da autonomia.

Outro recurso é o uso de metáforas, que, para Paschoal e Grandesso (2016), oferecem recursos de linguagem para que o cliente possa compartilhar suas histórias da sua própria maneira, facilitando a produção de sentidos do terapeuta, ao passo que torna mais fluida a narrativa de momentos que podem ser difíceis de narrar por meio de uma linguagem “racional”, o que, por si só, amplia as possibilidades de construção de novas formas de viver a vida cotidiana.

Para melhor elucidar como a psicoterapia construcionista social promove mudanças sociais na vida cotidiana dos homens atendidos, apresentaremos um caso clínico atendido por um dos autores. Trata-se de uma narrativa que irá destacar os principais pontos levantados aqui, desde o momento em que o homem entra em contato para iniciar o seu processo até seu último atendimento, em um período de oito meses.

REFLETINDO SOBRE A PRÁTICA PARA UMA PRÁTICA REFLEXIVA

Pelas experiências na área clínica dos autores deste artigo é possível afirmar que há um aumento dos homens (cis) que chegam ao consultório. Contudo seria leviano afirmar, sem uma pesquisa científica metodologicamente confiável, que eles estão procurando mais a psicoterapia, por um motivo: o reconhecimento de nosso trabalho como psicólogos relacionado a homens e a masculinidades. É por este reconhecimento que Rafael (nome fictício) entrou em contato, via aplicativo de mensagem, com um dos autores, no meio de uma tarde de terça-feira.

Sua mensagem tinha como conteúdo um fato recorrente nos homens que procuram a psicoterapia: a indicação de uma mulher, neste caso, uma amiga psicóloga que conhecia o trabalho realizado na área e sugeriu à companheira de Rafael o nome do autor como possibilidade frente às demandas compartilhadas. Em outras palavras, o cliente precisava de psicoterapia, na compreensão da companheira, que buscou uma indicação. Por que fazemos este investimento nesta pequena introdução da busca pelo processo terapêutico? Por um motivo que pode parecer simples: não faz parte da pedagogia homossocial que produz os homens (cis) e suas masculinidades a necessidade de cuidado, muito menos de autocuidado, basta olhar a expectativa de vida, que no Brasil, é de aproximadamente 70 anos para os homens.

Após a informação sobre a indicação de uma amiga, a preocupação de Rafael, na mensagem seguinte, era saber um pouco mais sobre o trabalho e sobre a abordagem que guiavam o processo terapêutico. Mesmo depois de saber “um pouco mais”, a dúvida seguinte era se o Construcionismo Social iria dar conta de atender a sua demanda: a paternidade. Ainda, nesta mensagem, Rafael fez um relato sobre esta demanda e usa uma metáfora, que busca produzir sentido, ao afirmar que sente que entrou no “puerpério¹ do pai” após oito meses do nascimento de sua filha. Como efeitos desse período, o cliente passou a reproduzir os comportamentos de seu pai, em especial a irritabilidade. Sua tese era que tinha relação com a infância e com o modo como foi criado. Respondi que o Construcionismo Social era uma abordagem que fazia parte do movimento sistêmico e que questões relacionais eram o foco dos atendimentos. Marcamos o primeiro atendimento.

A construção do primeiro atendimento acontece a partir dos passos defendidos pelo método da Terapia Narrativa de Sessão Única. A proposta é oferecer aos homens, por não terem muito ou qualquer contato com o processo terapêutico ao longo de sua jornada de construção de *Self*, um espaço de escuta, mas que já promova alguma produção de sentido que seja útil para as suas relações cotidianas. Esse modelo de atendimento acontece através da organização de quatro etapas: “(a) Construção da agenda, (b) Conhecendo os efeitos do problema, (c) Buscando histórias de recursos e, por fim, (d) Construindo possibilidades futuras” (Vilela e Souza *et. al.*, 2020, p. 13).

Para que o processo de *construção da agenda* seja possível desde o primeiro momento, deve estar em curso a postura filosófica que nomeamos anteriormente, em especial, o *não-saber* e explicaremos os motivos. Rafael chegou ao consultório

¹ Definido como o período do ciclo gravídico-puerperal em que as modificações provocadas pela gravidez e parto no organismo da mulher retornam ao seu estado pré-gravídico, tendo seu início após o parto com a expulsão da placenta e término imprevisto, na medida em que se relaciona com o processo de amamentação (Strapasson & Nedel, 2010, p. 522).

pontualmente na hora marcada. É importante destacar alguns aspectos de sua corporalidade: homem, branco, corpo malhado e com tatuagens, estatura média (aproximadamente 1,75m). Mostrou-se desde o início um sujeito letrado e respeitoso, tendo informado já na sua apresentação ter mestrado e ser escritor. Ele trabalhava como coordenador de projetos em uma *startup*, na área de governança pública, entendia ter um bom salário, era casado a pouco mais de dois anos e tinha uma filha de oito meses, moravam em um apartamento e estava trabalhando em *home office* devido à pandemia ocasionada pela COVID-19.

Rafael tinha muitas características semelhantes às do terapeuta: homem, branco, casado e tendo uma filha criança, além de ter mestrado e trabalhar com o serviço público. A postura de *não-saber* convida a não completar os silêncios da narrativa trazida com a experiência do terapeuta quando o cliente fala: “Bom, você sabe. Você também é homem”. Se o cliente é o especialista da sua vida, mesmo o conhecimento em estudos sobre homens e masculinidades de quem está ali atendendo, é incapaz de capturar todas as dimensões da cotidianidade. Nesse sentido, é o cliente quem define sua prioridade, sua agenda terapêutica para aquele encontro e de sua expectativa para o pós-sessão. Isso só acontece se os participantes ali presentes deixam a conversa fluir.

É nesta fluidez dialógica que passamos a *conhecer os efeitos* da demanda na vida do sujeito. Rafael informou, agora verbalmente, que estava vivendo uma espécie de puerpério paterno, o que estava causando momentos de agressividade tanto com a companheira quanto com a sua filha, interferindo inclusive em seu trabalho. Quando questionado sobre como esse comportamento agressivo era possível, reforçou o conteúdo da mensagem, afirmando que tinha certeza de que era por conta da sua criação, o modo como foi criado pelo pai e pela mãe. Por meio da investigação mútua, convidei Rafael a pensar sobre a relação causa-efeito, por meio do jogo de linguagem em que ele estava acostumado a pensar: quando um projeto não funciona do modo esperado, ou não dá o resultado planejado, a responsabilidade é tão somente dos criadores? Que outras causas poderiam estar relacionadas a sua demanda?

Gostaríamos de investir mais nessa percepção sobre jogos de linguagem por meio de John Shotter e sua compreensão de que somos sujeitos relacionalmente responsivos, sendo assim, também com as masculinidades. Como devemos orientar nossos atendimentos psicoterapêuticos aos cotidianos daquelas pessoas que atendemos, é preciso relembrar a importância que a linguagem em uso no cotidiano tem na produção das subjetividades. É no foco no uso da linguagem, ao trazer metáforas visuais, que passamos a entender o que dissemos por meio de metáforas tomadas no âmbito do próprio discurso (Shotter, 1993).

Shotter (1993) entende que nossos discursos têm grande capacidade de afetar nossas relações com os outros se comparados às formas “oficiais” da linguagem, com suas regras gramaticais. Assim, o uso que se faz de determinadas formas de falar constituirá determinados tipos de relações sociais, ou seja, não há uma linguagem comum a todas as práticas sociais. Isso porque falamos em resposta àquelas pessoas que nos rodeiam e, deve estar evidente, que nem sempre estamos rodeados das mesmas pessoas, nos mesmos lugares. Aqui reside o caráter responsivo das relações.

Para Marilene Grandesso (2006), o que Shotter está postulando, é que nosso *Self* é criado por meio de atos de fala, na ação conjunta com os outros. O sujeito é sustentado por um contexto amplo de experiências de relações de viver, experienciadas e estruturadas de modo sensível entre todos os sujeitos envolvidos nas interações comunicativas espontâneas em seus cotidianos relacionais. Nesse sentido, as pessoas agem dentro das possibilidades co-construídas que caracterizam a situação

social. O que estamos pretendendo afirmar, nesse sentido, é que, para construir uma nova linguagem, temos que nos sentir convidados a conhecer a linguagem em que o outro é construído, em outras palavras, usamos, em favor da mudança terapêutica pretendida, a realidade do cliente e é a partir dela que iremos convidar às reflexões necessárias, sempre de modo conjunto.

A fácil causalidade proposta por Rafael, ao compreender ele próprio como um projeto, perde força, pois, na condição de coordenador, sabe que há muitos atores envolvidos e que, muitas vezes, parece que os projetos executados “possuem vida própria” e tomam caminhos inesperados. Nesse momento, coube ao terapeuta perguntar com que outras masculinidades ele se relaciona? Como elas naturalizam um certo tipo de ser homem? Se ele está desconfortável com o seu projeto de masculinidade, como fazer para que este dê resultados diferentes da agressividade?

Tais perguntas buscam conectar a terceira etapa da sessão única: a *busca por histórias de recursos*. Ao compreender que nem todas as masculinidades com que se relaciona apresentam como recurso relacional a agressividade e que ele mesmo nem sempre a usa para dar conta de suas frustrações cotidianas, o convite foi de trazer histórias com a sua companheira e com a sua filha que não estavam mediadas pela agressividade. Os jantares, as trocas de fralda, a pintura do quarto, o passear de carrinho são momentos em que a masculinidade cuidadora é expressa pelo seu *Self*. Como transformar tais momentos em rotina? A resposta foi simples: torná-los rotina.

Como construir, desta forma, a rotina como *possibilidade futura*? Quais outras possibilidades existem para o seu cotidiano? Rafael saiu da sessão reflexivo, disse que sabia que caminho percorrer, mas não sabia se dava conta de caminhar por ele. Ao ser questionado de que caminho seria esse, respondeu que seria o de desconstrução. No processo interacional, a fala do terapeuta foi a de que estava curioso em saber como se caminhar por ele, pois também seguia um caminho parecido. Ao término da sessão, foi acordado que Rafael decidisse se iria dar continuidade ao processo terapêutico no dia seguinte, para que refletisse se era algo que realmente fazia sentido nesse caminho. No dia seguinte a resposta foi afirmativa.

Ao longo dos oito meses seguintes, aquilo que se concentra em uma sessão única serve como referência, mas agora de forma longitudinal. As etapas estão sempre presentes. Desses meses, gostaríamos de trazer dois momentos marcantes do processo terapêutico que podem contribuir com quem atende ou tem interesse em atender homens (cis): 1) a (re)descoberta do autocuidado; 2) as múltiplas narrativas do *Self*.

Resgatamos a necessidade de politizar a intimidade onde se constituem as perversas regulações nos modos de subjetivação dos gêneros e suas expressões (Medrado & Lyra, 2014) para tratar do autocuidado. Duas possibilidades futuras trazidas por Rafael para superar o seu puerpério estavam presentes nas narrativas do passado, de quando era solteiro, e outra se construiu ao longo do processo terapêutico, na ordem: 1. práticas esportivas; 2. escrita; 3. culinária. Mas como estamos pensando o autocuidado para chegar nessas possibilidades? Como uma dimensão ética das relações sociais.

A compreensão foucaultiana irá definir a Ética por meio da maneira pela qual cada um constitui a si mesmo como sujeito moral do código, implicando em um modo de sujeição, no qual o sujeito se relaciona com uma regra e experimenta a obrigação de colocá-la em ação (Revel, 2005). Tal experiência pode ser pensada por meio das práticas do “cuidado de si”, sendo um conjunto de regras de existência que o sujeito dá a si mesmo, promovendo, segundo sua vontade e desejo, uma forma ou estilo de vida culminando em uma “estética da existência” (Galvão, 2014, p. 157).

Galvão (2014) aborda que, para Foucault, a Ética do Cuidado de Si não constitui uma ação egoísta e narcisista, mas sim um “duplo-retorno”, ou seja, um retorno para si e um retorno para o outro, onde, ao retornar para si, o sujeito confronta-se com sua condição de existência. Neste confronto, que deriva de um processo de trabalho sobre si, constituem-se estilos diferenciados de vida, daquelas normatizadas, em outras palavras, quando o sujeito reconhece o outro e retorna para si, promove o surgimento de focos de resistência aos mecanismos de poder, esses focos serão tratados como as “práticas de liberdade” (Foucault, 2004, p. 266).

Assim, retornar a fazer exercícios físicos na academia e andar de bicicleta, bem como buscar o prazer em escrever são práticas libertadoras para Rafael, tidas, em um primeiro momento, como egoístas, pois estaria fazendo algo somente para si, mas depois ressignificadas como momentos em que a agressividade deixa de participar das relações, pois não está mais negando-a, mas direcionando-a para práticas. Ao cuidar de si, Rafael também cuida das pessoas com quem se relaciona. É neste momento que surge a ideia de fazer a “Macarronada do Rafa” para comemorar o seu aniversário, algo que sempre achou irrelevante.

Mas ainda era necessário compreender mais sobre si. Rafael demonstrava-se ansioso por não conseguir fluir da mesma forma em todas as relações. Próximo do que seriam as últimas sessões do seu processo, começou a fazer um curso de aperfeiçoamento de projetos para alcançar um novo cargo dentro da empresa e, como hobby, passou a construir um jogo de cartas para colocar em prática alguns dos conteúdos. Estas informações são necessárias para trazer as múltiplas narrativas do *Self*.

Em certo momento, o terapeuta deixou público um pensamento que estava presente há muito tempo: você é escritor, gosta de jogos de carta, tem expertise na área de projetos sociais. Como seria se nós dois usássemos essas potências para resolver este incômodo com as relações, de não conseguir dar conta de todas. Que tal um jogo? Na próxima sessão faça uma carta para cada um dos papéis que você desempenha: filho, marido, amigo, pai, escritor... Iremos construir um *storytelling* para cada uma delas. Rafael saiu empolgado com a proposta.

Nas sessões seguintes utilizamos o jogo de cartas como metáfora para que ele pudesse conhecer como cada papel, ou narrativa do *Self*, tinha uma historicidade e desempenhava certos atributos nas relações com os Outros. Mas foi apenas quando começamos o jogo, que ficou claro para Rafael sobre o que estávamos trabalhando: a impossibilidade de ser o mesmo nas diversas relações cotidianas e que, em muitos momentos, estava usando a “carta errada” para se relacionar com outro jogador, como, por exemplo, queria coordenar a filha, quando era necessário ser pai, ou nas relações com a sua equipe, quando buscava ser escritor, escrever uma história de sucesso para os projetos construídos.

Os sentidos disputados ao longo dos oito meses de psicoterapia produziram, para Rafael, efeitos em sua masculinidade que dificilmente encontraria em outras práticas sociais. Nós homens (cis) somos socializados para seguir com as normas que reiteradamente nos impossibilita de ter relações de cuidado, seja conosco, seja com os outros. Da mesma forma, a ciência moderna nos faz acreditar que somos indivíduos unidimensionais e com uma história pronta, que basta ser reproduzida, pois faz parte da nossa essência. Há alguns meses recebi uma mensagem dele, com um convite para o lançamento do seu livro, que serviu como metáfora: Rafael está escrevendo uma nova história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentar o Construcionismo Social como fundamento epistemológico para práticas psicoterapêuticas com homens é um projeto que se vincula aos nossos estudos sobre homens e masculinidades. Temos defendido, ao longo dos anos, que precisam existir práticas coletivas de atendimento (Cardoso & Beiras, 2018), mas neste artigo buscamos nos provocar como pesquisadores da área de estudos sobre masculinidades de projetos singulares para os homens (cis), pois não cabe ao pensamento construcionista criar uma receita universal que sirva da mesma forma a todos os sujeitos. Nosso disparador foi a problematização sobre o que fazer com aquele homem que não chega aos grupos reflexivos, mas começa a chegar nos consultórios.

Para tanto, os aportes epistemológicos visam, mais uma vez, não criar uma receita, mas funcionar como pistas de um posicionamento crítico frente à compreensão de que o sujeito e suas múltiplas dimensões do *Self* são construções sociais, em relacionamentos responsivos, nos quais é convidado a participar dialogicamente na produção de sua subjetividade. Ainda que não tenha aparecido ao longo do texto, reivindicamos ao longo da prática psicoterapêutica o que McNamme (2018) nomeou de presença radical.

Para McNamee (2018) tal presença é uma postura que substitui a ideia de que nas interações, quando possuímos uma ideia distinta em relação aos demais, nos tornamos inimigos. Passamos primeiro a considerar a pluralidade de compreensões, permitindo que os entendimentos sejam sempre entrelaçados, encorajados pela “curiosidade pela diferença, abertura para a formação de novas compreensões, e um movimento para longe de acordos ou julgamento de perspectivas” (McNamee, 2018, p. 82). Compreendemos, portanto, que os homens, ao chegarem aos consultórios, trazem consigo uma construção de masculinidade distante daquelas que bell hooks (2018) chamou de masculinidades feministas.

Para tanto, cabe à/ao terapeuta orientada/o pelos fundamentos e dimensões construcionistas co-criar uma relação em que ele próprio e o seu cliente possam usar recursos familiares em lugares não familiares, com foco no futuro, no devir das mudanças necessárias, linguajando o ideal deste devir, acreditando na esperança de algo diferente do que foi vivido no passado e agora no presente. Contudo, não se trata de falar por meio de posições abstratas, mas na materialidade interacional. Em nosso caso, somos homens atendendo outros homens, embora defendamos o *não-saber* como dimensão, nossos corpos participam, não sendo nunca alguém para além do que possamos ser naquele momento. Isso permite que nossas investigações sobre o cotidiano sejam sempre reflexivas, pois estamos falando também de nós mesmos, daí a necessidade de uma escuta generosa, curiosos com as múltiplas versões que o *Self* do outro vai se permitindo desnudar (McNamee, 2018).

Costumamos dizer que os homens chegam ao consultório com poucos recursos linguísticos para falar de si e de suas demandas. Sua caixa dialógica tem poucas opções de expressão de afetos. Não sabem distinguir quando estão apáticos, chateados, tristes, melancólicos ou mesmo depressivos. Ou se estão contentes, alegres ou vivendo um tipo de felicidade. Usamos como metáfora a paleta de cores. Os homens identificam apenas como possibilidades o preto, o branco, o vermelho, o amarelo e o azul. No processo terapêutico, aos poucos vamos descobrindo como misturá-las para formar novas colorações. Algumas vezes criamos uma cor nova. Em resumo, o processo terapêutico com os homens é um convite para que eles possam colorir suas relações, sem medo de sujar as mãos de tinta. Para tanto, foi necessário o Construcionismo Social nos colorir primeiro.

- Anderson, H.** (2017). A postura filosófica: o coração e a alma da prática colaborativa. In: M. A. Grandesso (org.). *Práticas colaborativas e dialógicas em distintos contextos e populações: um diálogo entre teoria e práticas*. Curitiba: Editora CRV.
- Anderson, H. & Goolishian, H.** (1998). O cliente é o especialista: a abordagem terapêutica do não-saber. In: S. McNamee & K. J. Gergen. *A terapia como construção social*. (p. 34-50). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Beiras, A. & Cantera, L. M.** (2014). Feminismo pós-estruturalista e masculinidades: contribuições para a intervenção com homens autores de violência contra mulheres. In: E. Blay (Org). *Feminismos e masculinidades. Novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher*. (p. 29-43). São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Burr, V.** (1995). *An introduction to social constructionism*. Londres: Routledge.
- Butler, J.** (1998). Fundamentos Contingentes: O feminismo e a questão do “pós modernismo”. *Cadernos Pagu*, 11, p. 11-42. <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/Pagu/1998%2811%29/Butler.pdf>
- Butler, J.** (2003). *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J.** (2011). Vida Precária. *Contemporânea – Revista de Sociologia da Ufscar*. 1, 13-33.
- Butler, J.** (2015). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Cardoso, D.T. & Beiras, A.** (2018). Política Pública de Assistência Social: um lugar para o trabalho com homens autores de violência. *Revista Estudos de Políticas Públicas*, 4(2), 42-54. DOI: 10.5354/0719-6296.2018.51736
- Corradi-Webster, C. M.** (2014). Ferramentas teórico-conceituais do discurso construcionista. In: C. Guanaes-Lorenzi; M. Moscheta; C. M. Corradi-Webster & L. V. Souza (Orgs). *Construcionismo social: discurso, prática e produção do conhecimento* (p. 73-88). Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Connell, R. W.** (2003). *Masculinidades*. Trad. Irene Ma. Artigas. México: Universidad Nacional Autónoma de México.
- Foucault, M.** (2004). “Política e Ética: uma entrevista.” In: M. Foucault. *Ética, Sexualidade e Política*, (p. 218-224). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M.** (2010). *Em defesa da sociedade*. Trad. de Maria Emantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes.
- Fruggeri, L.** (1998). O processo terapêutico como construção social da mudança. In: S. McNamee & K. J. Gergen. *A terapia como construção social*. (pp. 51-65). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Galvão, B. A.** (2014). A ética em Michel Foucault: do cuidado de si à estética da existência. *Intuitio*. Porto Alegre, 07, 157-168.
- Gergen, K. J.** (1973). Social Psychology as history. *Journal of Personality and Social Psychology*, 26, p. 309-320.
- Gergen, K. J.** (1985). The social constructionist movement in modern psychology. *American Psychologist*, 40, 266-275.
- Gergen, Kenneth J.** (1994). *Realities and Relationships: Soundings in Social Constructionism*. Cambridge, Harvard University Press.
- Gergen, K. J.** (2016). Rumo a uma ética relacional para a prática terapêutica. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 25(56), 11-21. <https://www.revistanps.com.br/nps/article/view/237>

- Gergen, K. J. & Gergen, M.** (2010). *Construcionismo social: um convite ao diálogo*. Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Grandesso, M. A.** (2000). *Sobre a reconstrução do significado: uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Grandesso, M. A.** (2001). Terapias pós-modernas: um panorama. *Congresso da IFTA*. Porto Alegre, Brasil. <https://terapiannarrativa.com.br/wp-content/uploads/2020/11/pos-moderno.pdf>
- Guanaes-Lorenzi, C.** (2014). Construcionismo social: tensões e possibilidades de um movimento em permanente construção. In C. Guanaes-Lorenzi; M. Moscheta; C. M. Corradi Webster & L. V. Souza (Orgs). *Construcionismo social: discurso, prática e produção do conhecimento* (p. 23-48). Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Guillemin, M. & Gillan, L.** (2004). Ethics, Reflexivity and “Ethically Important Moments” in Research. *Qualitative Inquiry*, 10 (2), p. 261-280.
- Hall, S.** (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A.
- Haraway, D.** (1995). Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, 7-41. <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/31102009-083336haraway.pdf>
- hooks, b.** (2018). *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Trad. Ana Luiza Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Hosking, D. M.** (2005). Discourses of relations and relational processes. In O. Kyriakidou & M. Özbilgin (Eds.) *Relational perspectives in organizational studies: A research companion* (pp. 265-277). Cheltenham, UK: Edward Elgar.
- Hosking, D. M.** (2008). Can constructionism be critical? In J. A. Holstein & J. F. Gubrium (Eds.), *Handbook of constructionist research* (p. 669–686). New York: Guilford Publications.
- Ibáñez Garcia, T.** (1990). *Aproximaciones a la Psicología Social*. Barcelona: Sendai.
- Laqueur, T. W.** (2001). *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Trad. Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Latour, B.** (1994) *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Lima, D. C., Büchele, F., & Clímaco, D. A.** (2008). Homens, gênero e violência contra a mulher. *Saúde e Sociedade* [online]. 17 (2), p. 69-81. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902008000200008>.
- Lyotard, J.** (1988). *O pós-moderno*. 3. ed. Tradução Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio
- Lyotard, J.** (1996). *Moralidades posmodernas*. Madrid: Editorial Tecnos.
- McNamee, S.** (2018). Diálogo transformador: coordenando moralidades conflitantes. In.: M. A. Grandesso. *Construcionismo Social e práticas colaborativo-dialógicas: contextos de ações transformadoras*. Curitiba: Editora CRV.
- McNamee, S., & Hosking, D. M.** (2012). *Research and social change: A relational constructionist approach*. New York, NY: Routledge.
- Medrado, B., & Lyra, J.** (2014). Princípios ou simplesmente pontos de partida fundamentais para uma leitura feminista de gênero sobre os homens e as masculinidades. In. Blay, E. *Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher*. (p. 55-74). São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Moreira, P., Gonçalves, O., & Beutler, L. E.** (2005). *Métodos de Seleção de Tratamento*. Porto: Porto Editora.

- Moscheta, M.** (2014). A pós-modernidade e o contexto para a emergência do discurso construcionista social. In C. Guanaes-Lorenzi; M. Moscheta; C. M. Corradi Webster & L. V. Souza (Orgs). *Construcionismo social: discurso, prática e produção do conhecimento* (p. 23-48). Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Oliveira, J. M., Pinto, P., Pena, C., & Costa, C.G.** (2009). Feminismos queer: disjunções, articulações e ressignificações. *Ex Aequo*, 20, 13-27.
- Paschoal, V. N., & Grandesso, M.** (2016). O uso de metáforas em Terapia Narrativa: facilitando a construção de novos significados. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 23(48), 24-43. <https://revistanps.com.br/nps/article/view/48>
- Revel, J.** (2005). Michel Foucault: Conceitos essenciais. Trad. Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz.
- Rose, N.** (2011). *Inventando nossos selfs: Psicologia, poder e subjetividade*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Safatle, V.** (2017). Posfácio. dos problemas de gênero a uma teoria da despossessão necessária: ética, política e reconhecimento em Judith Butler. In. J. Butler. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Trad. Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Schultz, D. P., & Schultz, S. E.** (2000). *História da Psicologia Moderna*. 9. ed. São Paulo: Cultrix.
- Shotter, J.** (1993). *Realidades conversacionais: la construcción de la vida a través del lenguaje*. Buenos Aires, Argentina: Amorrortu/editores.
- Shotter, J.** (2013). Wittgenstein y las raíces de la poesía social en las reacciones corporales espontáneas: la tercera esfera. In: Klaus G. Deissler & Sheila McNamee (Ed.). *Filo y Sofía en Diálogo: La poesía social de la conversación terapéutica*. Ohio, USA: Taos Institute Publications.
- Shotter, J.** (2017). Momentos de referência comum na comunicação dialógica: uma base para a colaboração em contextos únicos. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 57(1), 5-8.
- Strapasson, M. R. & Nedel, M. N. B.** (2010). Puerpério imediato: desvendando o significado da maternidade. *Revista Gaúcha de Enfermagem* [online]. 31(3), p. 521-528. <https://doi.org/10.1590/S1983-14472010000300016>
- Tomm, K.** (1988). Entrevistamento Interventivo: Parte III. Pretendendo fazer questões lineares, circulares, estratégicas ou reflexivas? *Family Process*, 27, 1-55.
- Vasco, A. B.** (1996). Papel e importância da pessoa do psicoterapeuta à luz da História da Psicoterapia. *PSICOLOGIA*, 11(1), 169-182. <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v11i1.600>
- Vilela e Souza, L., Martins Lion, C. ., Trombini Vidotto, L., & Moscheta, M.** (2020). Recursos da Terapia Narrativa de Sessão Única em tempos de pandemia e isolamento social. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 29(67), 7-22. <https://doi.org/10.38034/nps.v29i67.571>

DAVID TIAGO CARDOSO

Graduado em Psicologia (2006 – UNIVALI), mestre (2018) e doutorando em Psicologia (UFSC), pesquisador do Núcleo de Pesquisa Margens/UFSC, atua como psicólogo na política pública de Assistência Social e como psicoterapeuta em consultório particular. É docente no curso de Psicologia da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI.

<https://orcid.org/0000-0001-8246-4885>

E-mail: cardosodt@univali.br

ADRIANO BEIRAS

Coordenador do PPGP/UFSC. Professor do Dept. de Psicologia e do PPGP/UFSC. Doutor Europeu em Psicologia Social (UAB - España), Becas MAEC-AECID. Estágios de Pós-doutorado (UFSC bolsa PDJ - CNPq, Universidad de Granada -UGr-España, University of Brighton-UK). Coordenador do Núcleo de Pesquisa Margens/UFSC (<https://margens.ufsc.br>). Editor da Revista Nova Perspectiva Sistêmica (www.revistanps.com.br).

<https://orcid.org/0000-0002-1388-9326>

E-mail: adrianobe@gmail.com